



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CONVÊNIO N.º 04/08

Processo Administrativo n.º 08/10/8604

Interessada: Secretaria Municipal de Educação – SME

Assunto: Convênio para gestão da Nave-Mãe do Jardim Marisa

Lei Municipal n.º 12.884/07 regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 15.947/07

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 51.885.242/0001-40 com sede na Av. Anchieta n.º 200, representado, neste ato, pelo Exmo Sr. Prefeito, **DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS**, portador do RG n.º 4.420.442 e do CPF n.º 721.114.708-30, doravante denominado **CONVENENTE** e, de outro lado, o (a) **ASSOCIAÇÃO DOUGLAS ANDREANI – ADA**, doravante denominada simplesmente **CONVENIADA**, instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º 06.158.181/0001-65, com sede na Rua José Paulino, 1395, Centro, na cidade de Campinas, representada por seu Presidente, o Sr. **CARLOS SEBASTIÃO ANDRIANI**, portador(a) da cédula de identidade R.G. n.º 1.033.971 SSP/DF, inscrito no C.P.F./M.F. sob n.º 239.655.846-34, de acordo com as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicáveis ao feito no que couber, bem como da Lei Municipal n.º 12.884/07 regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 15.947/07, resolvem celebrar o presente termo ajustado nas condições que se seguem:

PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a execução do Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil – PAEEI que objetiva a criação de Centros de Educação Infantil – CEIs, unidades de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SME) do **CONVENENTE** cuja gestão será realizada através da conjugação de esforços dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

participes com a participação da **CONVENIADA**, em consonância com o Plano de Trabalho selecionado, através de processo seletivo, pela Secretaria Municipal de Educação (SME), que faz parte integrante deste termo, com as diretrizes especificadas pelo **CONVENENTE** e nas condições aqui estabelecidas, observando-se, para tanto, o disposto na Lei Municipal n.º 12.884/07, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 15.947/07.

1.2. O Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento e juntado como Anexo I, poderá sofrer alterações a qualquer tempo por solicitação de quaisquer dos participes, desde que ocorram por mútuo consentimento.

SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO CONVENENTE

2.1. O **CONVENENTE** obriga-se através da SME a:

2.1.1. Definir anualmente o atendimento educacional, faixa etária e período parcial/integral de atendimento a ser prestado em cada CEI;

2.1.2. Emitir Termo de Entrega constando relação dos bens municipais (móveis e imóveis) devidamente caracterizados e identificados, que será necessariamente anexado ao protocolado administrativo em epígrafe, do qual conste o recebimento pelo representante legal da **CONVENIADA** os quais tiveram sua permissão de uso autorizada nos termos legais em protocolado próprio correspondente.

2.1.3. Fornecer as diretrizes básicas que permitam à **CONVENIADA** re-elaborar, anualmente, o seu Plano de Trabalho;

2.1.4. Fornecer as diretrizes básicas que permitam à **CONVENIADA** elaborar seu Regimento Escolar e os demais instrumentos/procedimentos necessários ao funcionamento e organização do CEI;

2.1.5. Aprovar o Regimento Escolar;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

2.1.6. Proceder, por intermédio da equipe da SME, através de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, ao monitoramento e à fiscalização administrativa e financeira, visando a manter os parâmetros e requisitos mínimos para as funções e atividades previstas;

2.1.7. Proceder, por intermédio da equipe da SME, através dos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada – NAED, à supervisão educacional e à coordenação pedagógica, com avaliação de atendimento realizado pela **CONVENIADA** desde a implantação do programa, visando a manter os parâmetros e requisitos mínimos para as funções e atividades previstas;

2.1.8. Fornecer gêneros alimentícios necessários às crianças atendidas pela **CONVENIADA**, de acordo com os padrões e a sistemática estabelecidos pela **CONVENENTE** através da SME;

2.1.9. Transferir à **CONVENIADA** os recursos previstos na cláusula quarta deste instrumento, conforme estipulado na cláusula quinta deste termo.

2.1.10. Analisar a prestação de contas da **CONVENIADA**, aceitando-as, questionando-as ou rejeitando-as;

2.1.10.1. Reter as parcelas subseqüentes em caso de ausência de comprovação da boa e regular aplicação das parcelas anteriormente recebidas ou quando verificar desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou de ausência de adoção dos re-ordenamentos apontados pela SME, através de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, até efetiva regularização;

2.1.10.2. Em caso de retenção das parcelas subseqüentes, o **CONVENENTE**, através da SME por meio de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, cientificará a





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CONVENIADA, para, se quiser, apresentar eventuais declarações que entender necessárias no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

2.1.10.3. Em caso de apresentação de justificativa pela **CONVENIADA**, a SME analisará o caso, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento das parcelas retidas.

TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CONVENIADA

3.1. A CONVENIADA obriga-se a:

3.1.1. Prestar atendimento à criança, conforme proposto no Plano de Trabalho aprovado a partir das diretrizes definidas pelo **CONVENENTE** através de SME;

3.1.2. Elaborar e cumprir o Regimento Escolar conforme diretrizes estabelecidas pela SME;

3.1.3. Cumprir as diretrizes fornecidas pela SME que regulamentem o funcionamento e/ou organização do CEI;

3.1.4. Aplicar integralmente os valores recebidos neste ajuste, assim como os eventuais rendimentos, no atendimento constante da Cláusula primeira, em estrita consonância com o cronograma de desembolso e aplicação financeira propostos no Plano de Trabalho aprovado e de acordo com as orientações técnicas, pedagógicas e administrativas da SME, comprometendo-se a cumprir a legislação vigente, podendo os recursos recebidos serem utilizados nos termos do disposto no §s 2º e 3º da Lei Municipal n.º 12.884/07, promovendo, para tanto, todas as ações necessárias ao cumprimento do objeto do presente;

3.1.5. Arcar com as despesas que eventualmente ultrapassem o valor de repasse fixado;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.1.6. Garantir à comunidade e aos seus funcionários o direito de avaliar os trabalhos desenvolvidos, bem como o de acessar informações referentes ao Plano de Trabalho, ao Termo de Convênio e aos recursos financeiros disponíveis;

3.1.7. Manter conta corrente específica para o recebimento dos recursos informando à SME, através de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, o número e eventuais modificações;

3.1.8. Manter recursos materiais e humanos necessários e compatíveis à prestação do atendimento objeto do presente ajuste, bem como suas metas, inclusive com profissionais de educação devidamente habilitados;

3.1.9. Manter cadastradas fichas individuais de matrícula e registro de presença, contendo relação nominal de todas as crianças por ela atendidas;

3.1.10. Prestar ao **CONVENENTE**, através da SME, por meio dos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada – NAED e/ou da Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, todas as informações pedagógicas, administrativas e financeiras necessárias durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;

3.1.11. Enviar trimestralmente ao **CONVENENTE**, através da SME, por meio de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, até o 10º dia útil do trimestre seguinte ao recebimento de cada parcela, a prestação de contas dos recursos transferidos, conforme anexo II da Instrução Normativa n.º 02/02 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresentando os documentos relacionados na cláusula oitava do presente instrumento.

3.1.12. Enviar ao **CONVENENTE**, através da SME, por meio do Departamento Pedagógico, relatório anual do trabalho desenvolvido e nos prazos por ele





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

estabelecido a ser realizado nos termos do disposto no artigo 8º do Decreto Municipal n.º 15.947/07;

3.1.13. Comunicar por escrito e imediatamente à SME, por meio do Departamento Pedagógico, todo fato relevante ou ocorrência quanto à Diretoria (Presidência), bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da Diretoria;

3.1.14. Devolver ao **CONVENENTE** os eventuais saldos financeiros remanescentes em caso de denúncia ou extinção do ajuste, inclusive as obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo de 30 (trinta) dias do evento;

3.1.15. Comunicar por escrito com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais alterações no objeto de trabalho, plano de aplicação ou intenção de denúncia do ajuste;

3.1.15.1. No caso de alteração do plano de aplicação dos recursos financeiros, a **CONVENIADA** deverá solicitar por escrito a SME que decidirá sobre a possibilidade do pedido;

3.1.15.2. A **CONVENIADA** só poderá executar a ação fundamentada no novo plano de aplicação de recursos financeiros após decisão expressa da SME.

3.1.16. Manter pelo prazo de 05 (cinco) anos, registro da aplicação dos recursos a ela repassados pelo **CONVENENTE**, tais como notas fiscais e demais demonstrativos de despesas, o qual permanecerá à disposição dos órgãos públicos competentes para sua eventual apresentação quando solicitado;

3.1.17. Manter os seguintes instrumentais devidamente preenchidos e atualizados:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.1.17.1. Registros e Documentação referentes à vida escolar;

3.1.17.2. Registros e Documentação referentes à alimentação escolar;

3.1.17.3. Registros e Documentação referentes à demanda escolar.

3.1.18. Não utilizar nenhuma parcela dos recursos financeiros repassados pela **CONVENIENTE** para outros fins que não os previstos e especificados no Plano de Trabalho aprovado;

3.1.19. Zelar pelo imóvel, mobiliário municipal e demais recursos materiais, que tiveram permitido seus usos pelo **CONVENIENTE** em procedimento próprio, os quais deverão ser mantidos em adequadas condições de uso e perfeito funcionamento, responsabilizando-se pela necessária manutenção e reparo destes;

3.1.20. Aplicar os saldos de convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

3.1.21. Devolver, ao término do Convênio, todos os bens móveis públicos municipais que se encontrem em seu poder, incluindo os relacionados no Termo de Entrega constante do protocolado administrativo acima identificado no preâmbulo do presente ajuste, assumindo, o representante legal da **CONVENIADA** a condição de depositário dos mesmos;

3.1.22. Fica estabelecido que a **CONVENIADA** é gerenciadora dos bens municipais, devendo restituí-los nas mesmas condições de sua entrega, uma vez findo, extinto ou denunciado o convênio, respeitado o desgaste do período de utilização e a durabilidade destes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.1.23. Os bens adquiridos com os recursos transferidos, na forma legal, deverão ser incorporados ao patrimônio do **CONVENENTE** e destinados ao CEI Nave-Mãe Jardim Marisa, cabendo a este a responsabilidade pela sua guarda e conservação.

QUARTA – DO VALOR DOS RECURSOS

4.1. Para a concretização dos objetivos do presente convênio, a **CONVENENTE**, através da SME, fará o primeiro repasse logo após a assinatura do presente convênio, e os demais até o 15º dia do mês subsequente a cada trimestre de referência, cujo montante será calculado pelo número de crianças definidas pela SME, após verificação de demanda.

4.2. Os valores e critérios por faixa etária e período parcial/integral de atendimento estão discriminados no Plano de Trabalho (Anexo I);

4.3. Os recursos transferidos pelo **CONVENENTE** à **CONVENIADA**, em função deste Termo de Convênio serão depositados junto ao Banco e Conta Corrente específica indicada nos autos do protocolado administrativo em epígrafe, devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto do presente;

4.4. Para fins do cálculo do *per capita*, será considerado o agrupamento em que a criança estiver matriculada e o período parcial/integral de atendimento;

4.5. A **CONVENIADA** receberá o montante de R\$ 613.000,00 (seiscentos e treze mil reais) em parcelas trimestrais, sendo que as despesas decorrentes da realização dos serviços previstos neste Convênio correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas sob n.º 07130.12-365-1001-1070(0453).01-210-000.339039-99, conforme fls. 81 do processo em epígrafe;

4.6. O eventual saldo de recursos de parcela poderá ser acumulado à parcela subsequente para execução do objeto do presente Termo de Convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

4.7. Os recursos financeiros ora referidos serão exclusivamente efetuados para o pagamento das despesas previstas no plano de trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, sendo que os saldos não utilizados serão obrigatoriamente investidos em aplicação financeira rentável, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

4.8. Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do Convênio e aplicados exclusivamente no objeto de sua finalidade devendo contar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas;

4.9. É expressamente vedada a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

4.10. As eventuais obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, decorrentes da execução deste Convênio são de inteira responsabilidade do **CONVENIADO**, conforme descrito na cláusula terceira do presente instrumento.

QUINTA – DO REPASSE

5.1. O repasse será trimestral.

5.2. O repasse será suspenso, caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da **CONVENIADA**.

5.3. Quando da denúncia ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

SEXTA – DO PRAZO

6.1. O presente termo vigorará a partir da data da assinatura até **31 de dezembro de 2008**, podendo ser denunciado por acordo entre os partícipes ou, unilateralmente, por qualquer deles, a qualquer tempo ou em caso de infração de quaisquer de suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

cláusulas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que aquele que assim o desejar comunique o outro, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

6.2. O mencionado prazo de vigência poderá ser prorrogado por no máximo cinco anos.

SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

7.1. O **CONVENENTE** fará o acompanhamento contínuo da execução deste Convênio, além do exame das despesas com avaliação relativa à aplicação dos recursos de que trata a prestação de contas referida na Cláusula Oitava, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e a consecução do objeto e o atingimento dos objetivos.

7.2. Os servidores do **CONVENENTE** ou quem ela indicar e os do sistema de controle interno ao qual encontra-se subordinado, terão livre acesso a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

7.3. O gerenciamento do convênio por parte do **CONVENENTE** ficará a cargo da SME através de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios e, por parte do **CONVENIADO** a cargo do seu representante legal.

OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. O **CONVENIADO** deverá apresentar trimestralmente a prestação de contas do total dos recursos recebidos do **CONVENENTE** à Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios da SME.

8.2. A prestação de contas será constituída de relatório de cumprimento do objeto, devidamente assinada pelo Diretor (Presidente) da Entidade, compreendendo os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

8.2.1. Ofício de encaminhamento dirigido ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação;

8.2.2. Demonstrativo de execução físico-financeira dos recursos repassados, conforme modelo a ser fornecido pela SME;

8.2.3. Cópia do extrato bancário da conta corrente específica para movimentação dos recursos e, se for o caso, cópia do extrato de aplicação financeira;

8.2.4. Comprovantes das despesas discriminadas no demonstrativo de execução físico-financeira;

8.2.5. Comprovante de recolhimento de saldo não utilizado, se houver. O comprovante desse recolhimento deverá ser anexado à última prestação de contas de cada ano referência do Convênio;

8.2.6. Comprovante de pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários de todos os funcionários da Entidade;

8.2.7. Conciliação bancária.

8.3. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos dentro da vigência do instrumento e em nome do **CONVENIADO**, com a identificação do título e número deste Convênio e mantidos em arquivo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de cinco anos, contados a partir da celebração do presente instrumento.

8.4. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilita o **CONVENIADO** a participar de novos convênios, acordos ou ajustes com a Administração Municipal por prazo não inferior a dois anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

NONA – DAS IRREGULARIDADES E SANÇÕES APLICÁVEIS

9.1. O não cumprimento das cláusulas deste Convênio, bem como a não execução total ou parcial do Plano de Trabalho aprovado, são irregularidades passíveis de aplicação das sanções descritas na cláusula 9.3 do presente instrumento, sem prejuízo da mencionada na cláusula 8.4, observando-se previamente o devido processo legal (observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa),

9.2. As irregularidades constatadas serão relatadas, documentadas e encaminhadas à SME, ou por meio do Núcleo de Ação Educativa Descentralizada – NAED, quando se tratar de aspectos pedagógicos e legislação educacional, ou pela Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios, quando se tratar de aspectos administrativos e financeiros, que, por sua vez, notificará a **CONVENIADA** para ciência e apresentação de eventuais justificativas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data do recebimento da mencionada notificação.

9.3. Se não apresentadas no prazo ou, se as justificativas forem rejeitadas por decisão fundamentada a ser proferida pelo **CONVENENTE**, através da SME, este poderá aplicar as seguintes sanções:

9.3.1. Suspensão do repasse de recursos;

9.3.2. Denúncia do Convênio.

9.4. O repasse de recursos poderá ser suspenso nos seguintes casos:

9.4.1. Não apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido neste Instrumento;

9.4.2. Rejeição da prestação de contas; e/ou

9.4.3. Utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para execução, comprovada por análise documental e/ou fiscalização.

9.5. O presente Convênio terá a duração indicada na cláusula sexta, podendo ser denunciado a qualquer tempo por não cumprimento de suas cláusulas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

9.6.. A cópia da notificação de ocorrência de irregularidades, devidamente assinada pelos partícipes, da justificativa e da decisão proferida pela SME integrarão o protocolado administrativo identificado no preâmbulo do presente Convênio.

DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1. Os bens de natureza permanente remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Convênio e que, em razão deste, tenham sido adquiridos ou produzidos com os recursos transferidos, serão de propriedade do **CONVENENTE** e para ele deverão ser entregues no prazo máximo de dez dias da conclusão ou extinção, a serem remanejados nos termos da cláusula 3.1.23.

DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA

11.1. O presente Convênio poderá ser denunciado pelos partícipes, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

11.2. O inadimplemento de quaisquer cláusulas deste instrumento, a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, a falta de apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido, ensejará sua Denúncia, sem prejuízo das sanções acima referidas, oficiando-se, ainda, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para providências.

11.2.1. A denúncia nas hipóteses acima descritas somente se operará quando já houver ocorrido a suspensão dos recursos, nos termos da cláusula nona, sem que o fato ensejador da suspensão tenha sido regularizado.

DÉCIMA SEGUNDA – DA MODIFICAÇÃO

12.1. Excepcionalmente, admitir-se-á a modificação da programação de execução do Convênio, a qual será previamente apreciada, ficando a critério do **CONVENENTE** a sua aprovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

12.2. É vedada a alteração, ainda que parcial, do objeto deste Convênio.

DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. Aplica-se, no que couber, a este Convênio e nos casos omissos, o disposto na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

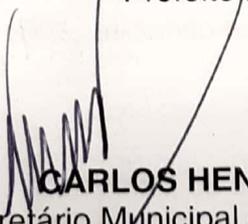
DÉCIMA QUARTA – DO FORO

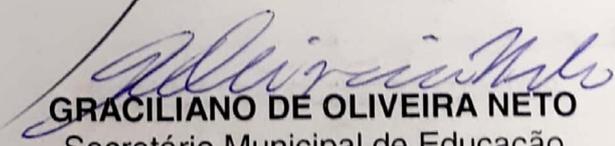
14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

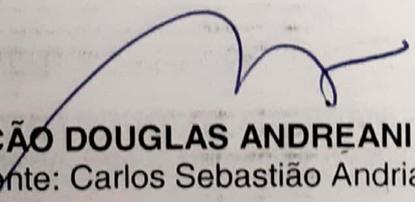
E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 08 de março de 2008.


DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeito Municipal


CARLOS HENRIQUE PINTO
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos


GRACILIANO DE OLIVEIRA NETO
Secretário Municipal de Educação


ASSOCIAÇÃO DOUGLAS ANDREANI - ADA
Presidente: Carlos Sebastião Andriani





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Órgão Concessor: Prefeitura Municipal de Campinas

Órgão Beneficiário: Associação Douglas Andreani – ADA

Assunto: Convênio para gestão da Nave-Mãe do Jardim Marisa

Tipo de concessão:

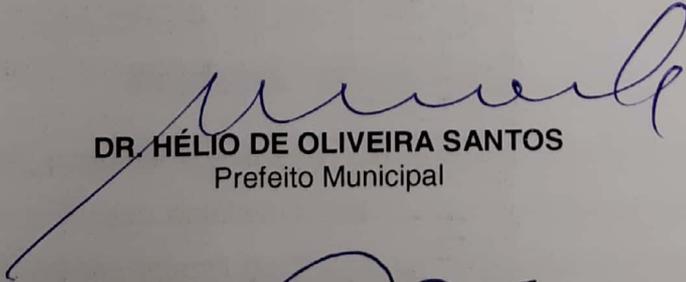
Valor repassado: R\$ 613.000,00 (seiscentos e treze mil reais)

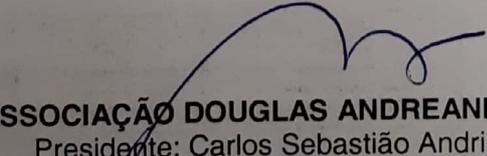
Exercício: 2008

Na qualidade de **CONCESSOR** e **BENEFICIÁRIO**, respectivamente, dos recursos acima identificados, e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até o julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Campinas, 08 de março de 2008.


DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeito Municipal


ASSOCIAÇÃO DOUGLAS ANDREANI - ADA
Presidente: Carlos Sebastião Andriani